

A HUMANIDADE CONTRA SI MESMA NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE INTEGRAL

(DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE NO JOGO SOCIAL) [\[1\]](#)

Carlos Moore Wedderburn [\[2\]](#)

Copyright 2008 @ Carlos Moore Wedderburn

Todos os direitos reservados

Introdução

Em todo o planeta estamos assistindo a um panorama de destruição de vidas, destruição de bens, destruição da natureza, destruição da própria possibilidade de que as nossas sociedades possam se sustentar no futuro. Os dramas que estamos vivenciando no mundo, que vão das guerras de espólio aos conflitos civis genocidas, seriam a consequência de alguns loucos, ou a consequência de uma lógica encerrada na nossa própria história evolutiva? A violência e a agressão seriam aberrações inconvenientes, ou fariam parte de constantes que têm acompanhado o ser humano ao longo de sua evolução biológica e penosa metamorfose sociocultural? Acaso não estaríamos sofrendo de uma excessiva idealização sobre a Humanidade e suas origens?

Na sua versão mais simplificada - a bíblica - tudo teria transcorrido muito bem até que o “Diabo” se introduz no drama humano, o que teria se dado através da Mulher. Quando aparece o Diabo, este corrompe o Homem bom, e começa o horror: a morte, as guerras, a escravidão, o crime e o pecado. Caim mata Abel; e assim teriam começado as guerras na humanidade e o paraíso terrestre afundado. E *tudo isso por culpa da Mulher*. Na Bíblia, a Mulher é estigmatizada desde o início e ressignificada negativamente como um Outro.

À primeira vista, pode parecer que tratar da sustentabilidade, da diversidade, da diferença e do racismo, ao mesmo tempo, é criar confusão entre fenômenos que nada tem a ver um com o outro. Pretendo que, pelo contrário, nós temos sucumbido à prática de tratá-los separadamente, sem tentar estabelecer os nexos entre essas realidades.

Para tentar abordar essas realidades de maneira interconectada, irei me remeter unicamente aos dados que a ciência nos permite verificar empiricamente, e não às interpretações que se baseiam na fé religiosa, que prescindem de qualquer comprovação objetiva. Para a análise das realidades concretas, prefiro utilizar parâmetros que permitam a verificação dos dados apresentados na explicação dos fenômenos. Irei me remeter, notadamente, àqueles dados fornecidos pelas pesquisas científicas recentes oriundas da biologia genética e molecular e da paleontologia [\[3\]](#).

Diversidade e Evolução

Temos por costume ouvir que no centro das intolerâncias raciais encontra-se o problema da diversidade. Segundo essa proposição, se você aceitar a diversidade, irá surgir dessa aceitação uma solução dos problemas de convivência que enfrentamos nas nossas sociedades racialmente e culturalmente plurais.

Mesmo o observador mais descuidado ao caminhar por uma floresta não deixaria de notar um espetáculo de formas, cheiros e cores assaltando seus sentidos por toda parte. A diversidade animal é simplesmente estupefacente; os cientistas estimam que atualmente existam cerca de 30 milhões de espécies e

que se trata de apenas um por cento das que já existiram no planeta. Por que tantas já se foram enquanto outras se perpetuam ou mesmo acabaram de surgir? Qual o segredo da biodiversidade?

A Diversidade é o que há de mais básico na natureza. Ora, a natureza é uma força que age de maneira cega e sem propósito algum. Nós, humanos, produtos dessa força cega, é que atribuímos um propósito à natureza.

A Natureza, força misteriosa e desconhecida no que tange a seu modo de funcionamento – força que cada qual pode nomear como quiser, mas que os cientistas chamam simplesmente de Natureza – seria uma força que estaria agindo sem nenhum sentido ou rumo, produzindo organismos vivos (animais, micróbios, bactérias, etc.) constantemente. Os organismos emergem e desaparecem constantemente sem razão alguma. Se eles foram “criados” para fazer algo, então não sumiriam. E nós humanos também iremos desaparecer em algum momento, por causa talvez de algo que nós mesmos teríamos provocado, como ocorre com as mudanças climáticas que estamos vivenciando.

Essa força cega, desencadeada não sabemos como e agindo de uma maneira bastante misteriosa para nós, dá origem tanto a uma barata quanto a um elefante, uma girafa, um tubarão, uma aranha, uma borboleta, uma orquídea, o bacilo da tuberculose ou um mortífero dinossauro. Tudo isso acontece pela mediação do que os cientistas têm chamado de seleção natural: a fixação pela natureza de características que conferem uma maior viabilidade para a existência do organismo em questão [4]. O meio ambiente age como um seletor natural daquelas características que pontualmente podem garantir uma inserção mais idônea num nicho geo-climático-ambiental dado. Nesse mundo marcado pelo diverso, existiria uma linha divisória que permita às diferentes espécies vivas se diferenciar entre si?

O cientista senegalês Cheikh Anta Diop observou que “a natureza nunca passa pelo mesmo caminho; ela não refaz seu percurso” [5]. Com efeito, essa “regra” da natureza é que explica a produção, sem cessar, de novos organismos, cada um dotado de uma aparência própria (fenótipo). Nisso consiste a seleção natural e, portanto, o segredo da biodiversidade, da infinita diversificação dos organismos pelo fenótipo [6].

A Natureza está facilitando a emergência de todo tipo de organismos dotados de uma morfologia específica e de feições também específicas que poderíamos chamar de Fenótipo Total. É segundo o Fenótipo Total de cada espécie que esta se auto-reconhece e é reconhecida pelas outras espécies, seja por um reconhecimento visual ou através de outros mecanismos de percepção (audição, odor, tato, etc.) que servem como “olhos”.

Inicialmente, a vinculação entre fenótipo e evolução natural não é tão evidente, mas ela está no centro das três grandes estratégias de sobrevivência dos animais: alimentação, reprodução e defesa. [7] Nessas três funções, as feições e a morfologia são determinantes para um animal *reconhecer* seus similares assim como identificar seus “não-semelhantes”, particularmente se estes

últimos forem predadores. Denominaremos essa capacidade de reconhecimento automático do *similar* de “percepção endógena”, e a faculdade de identificação do *não-semelhante*, de “percepção exógena”.

Os mecanismos de auto-reconhecimento e de identificação do não-semelhante são básicos ao ser vivo; eles formam parte da plêiade de atitudes instintivas através das quais as espécies estruturam estratégias específicas que garantem ou reforçam sua capacidade de proverem seus meios de sobrevivência. Por isso, o reconhecimento de si e a identificação do dissimilar estão na base de praticamente todos os mecanismos instintivos que os animais empregam na constituição de suas redes de cooperação e aliança. As estruturas sensoriais táteis, auditivas, olfativas e visuais dos animais lhe permitem captar a realidade circundante e organizar relações de proximidade ou repulsa no interior da espécie e fora dela.

Ora, é o fenótipo que condiciona essas funções de auto-percepção e de identificação do diferente, com a consequência correlata de que as espécies rejeitem os “forasteiros genéticos” de seus bandos. É pelo fenótipo que os indivíduos de uma espécie se auto-reconhecem, se reconhecem entre si, e distinguem as outras espécies, especialmente as predadoras. Portanto, o fenótipo condiciona tanto relações de cooperação intra-espécie, quanto às de predatismo para com outras espécies.

A forma e os traços faciais de um animal são a primeira e mais evidente linha de demarcação que permite o seu auto-reconhecimento sensorial assim como sua diferenciação das outras espécies.

De maneira geral, o fenótipo atua como limiar instintivo entre o “similar” e o “não-semelhante”, direcionando a estruturação das relações de cooperação intra-espécie, servindo de base para o acasalamento e, finalmente, definindo as fronteiras para a defesa coletiva dos bandos da mesma espécie. Reconhecer o predador à distância – exigência de vida ou de morte – é, claramente, uma vantagem; reconhecer o semelhante e desenvolver com ele relações de cooperação aumenta as chances de sobrevivência.

O desmame marca na vida do animal o instante decisivo em que os filhotes vão participar das estratégias de alimentação em estreita cooperação com os seus semelhantes no bando. O quê, se não o fenótipo, determina o fato de se reconhecerem como parte de um bando específico ou espécie específica? Se não fosse pelo fenótipo, e as coordenações coletivas das ações que ele permite, as presas ficariam todas perdidas em meio aos seus predadores.

De modo geral, o fenótipo atua como linha natural, instintiva, de demarcação entre o “similar” e o “não-semelhante”, estruturando as relações de cooperação, servindo de base de escolha no acasalamento e, finalmente, definindo os parâmetros que governam a defesa coletiva. O fenótipo regula tanto as relações de cooperação intra-espécie (sociabilidade), quanto às de predatismo (agressão) para com outras espécies. Sem essa faculdade de reconhecer e ser reconhecido automaticamente, as chances de sobrevivência das espécies animais se reduziriam ao mínimo.

O reconhecimento e a seleção de parceiros compatíveis, ou seja, aqueles indivíduos capazes de transmitir a carga gênica da espécie, e garantir uma prole, é um assunto de fenótipo. É a semelhança corporal, as definições faciais, que orientam, duravelmente, as estratégias de acasalamento e reprodução dos animais. Assim, a busca pela proximidade para com aqueles indivíduos que mais se conformem fenotipicamente com a norma identificadora intra-espécie, parece ser uma solução evolutiva fundamental na história da vida.

A exigência de semelhança é uma característica típica do comportamento animal. Ela fundamenta o fenótipo como o mais aparente lugar da diferença e, portanto, como o marcador absoluto que delimita as fronteiras identificadoras. A busca pela semelhança está no centro dos comportamentos instintivos dos animais, compelindo-os a se agrupar, para sua defesa, alimentação e reprodução, em “populações” marcadas pela “continuidade fenotípica”. Não poderíamos ignorar o corolário inerente a essa realidade: a indiferença diante do “não-semelhante”, se não a rejeição, corresponderia também a comportamentos constitutivos desse mesmo processo. Assim, os mecanismos automáticos de “percepção endógena” e de “percepção exógena”, engendrariam atitudes de afastamento seletivo, de distanciamento, ou de rejeição de qualquer população percebida globalmente como intrinsecamente distinta.

O reconhecimento do similar e a identificação do não semelhante, servem como agentes relacionais básicos e primários entre os animais; formam parte de uma plêiade de mecanismos atitudinais instintivos de natureza especificamente evolucionária. Desestimar o papel fundamental que desempenha o fenótipo no percurso evolutivo animal seria vedar qualquer possibilidade de compreensão sobre esse mesmo percurso.

O ser humano é simplesmente uma das infinitas possibilidades surgidas do percurso evolutivo [8]. Portanto, cabe interrogar-se sobre o papel que desempenha o fenótipo na história evolutiva especificamente humana. Nessa perspectiva, a primeira constatação é a de que, efetivamente, existem diferenças fenotípicas nítidas entre os seres humanos contemporâneos. A segunda constatação é que são essas diferenças que conformam aquilo que chamamos de raça. Esta última é, certo, uma construção social, mas que se afina num fenômeno concreto, objetivo, visível ao olho nu: o fenótipo.

Até aqui, as considerações que temos desenvolvido sobre fenótipo e evolução, se circunscrevem ao que é fisicamente visível. Porém, a busca pela semelhança, e a concomitante rejeição do não-semelhante, chegariam a constituir-se, em épocas mais próximas de nós, em comportamentos que atingiriam a dimensão que denominamos de *cultural*. Caberia a um ser dotado das faculdades de abstração prospectiva dos humanos contemporâneos, e às condições de grande complexidade de organização social que efetivamente surgiram com a sedentarização, transferir para a esfera do *cultural* muitos dos reflexos primários tão arraigados no nosso passado evolutivo.

Não podemos descartar a idéia de que, ao longo desse percurso que nos trouxe até aqui, os humanos anatomicamente modernos tenham reforçado em

seus comportamentos certos mecanismos em torno do fenótipo como elemento diferenciador. Se for o caso, esses mecanismos adquiriram dimensões que extrapolaram o mero instinto para se constituir num conjunto de comportamentos organizados com a capacidade para se converterem numa forma de *consciência grupal*. Entendemos que tenha sido exatamente isso o que aconteceu na história da humanidade quando esta sofreu um processo de *raciação*.

Fenótipo e Raciação

Os dados científicos que temos à nossa disposição e que se multiplicam a cada dia, indicam que o ser Humano surgiu na África entre 2,5 e 3 milhões de anos atrás. [9] Pelo jogo do azar das mutações genéticas aleatórias ou induzidas pelos fenômenos naturais, nesse período a Natureza fixou características que deram origem àquilo que nós chamamos de humanos. As mais relevantes dessas características próprias ao Humano são: consciência de si, capacidade de raciocinar em termos de passado, presente e futuro, enorme capacidade para a sociabilidade, grande poder de abstração criativa e, enfim, possibilidades afetivas inusitadas dentro do Reino Animal (amor, amizade, espiritualidade, solidariedade, etc.).

Desde o ponto de vista anatômico, morfológico e fenotípico, as primeiras espécies humanas se caracterizavam pela locomoção em postura ereta e por uma pele extremamente preta. Esta lhe permitiu sobreviver no seu berço de origem – a África [10] – caracterizado por um forte bombardeio de raios ultravioleta, que teriam sido letais para um organismo de pele clara. Com efeito, a grande concentração de melanina que constitui a pele preta serviu como um escudo protetor contra os invasivos raios ultravioleta que, por outro lado, são necessários para a produção da indispensável vitamina D. Ora, esta é fabricada justamente na pele por fotossíntese.

Os dados científicos também demonstram que, após um longo percurso de transformações biológicas, que fizeram emergir múltiplas espécies humanas, os humanos anatomicamente modernos surgiram no continente africano entre 200 e 250 mil anos atrás. [11] Foi somente entre 50 e 80 mil anos atrás que a nossa espécie saiu finalmente de seu berço africano para povoar todo o planeta, incluindo as Américas [12]. Assim, esses proto-africanos teriam atingido o Brasil e a Argentina, a uma data que alguns recuam para 30-35 mil anos atrás e que outros situam entre 12-20 mil anos atrás. [13]

As pesquisas científicas destes últimos quinze anos reconfiguram totalmente nossa visão sobre os grandes problemas da humanidade, sobretudo no que diz respeito ao povoamento do planeta e ao processo de *raciação* mediante o qual, pela primeira vez, a Natureza fixou características que deram lugar a peles claras (branca e amarela), olhos “puxados”, olhos verdes ou azuis e cabelos ruivos ou louros.

As chamadas raças branca e amarela surgiram a partir de um tipo generalizado de pele preta oriundo da África, a uma data recente que os geneticistas situam entre *seis e doze mil anos atrás* [14]. Os geneticistas são taxativos: não existe evidência alguma da existência de povos brancos ou amarelos antes desta data.

A biologia genética resolveu, em 2005, um problema que causava especulações no mundo científico: a origem das raças branca e amarela. As mais recentes pesquisas em biologia genética coincidem, neste aspecto, com as evidências paleoantropológicas: a cor branca e amarela, os olhos azuis e verdes, os cabelos ruivos ou louros, são fenômenos extremamente recentes na longa história do gênero humano.

Até o final do paleolítico superior (10 a 12 mil anos atrás), todas as espécies humanas que andaram pelo planeta eram pigmentadas. Os humanos modernos que saíram do continente africano, entre 50 e 80 mil anos atrás, povoando todo o planeta depois, tinham a pele negra e ostentavam as feições apresentadas até hoje pelas diferentes populações que residem nesse continente (exceto no que diz respeito à textura dos cabelos, que teriam sido lisos até há pouco).

A aparição de uma pele clara (branca ou amarela) na Eurásia, derivou da necessidade de obter a vital Vitamina D, que é sintetizada na pele a partir dos raios ultravioletas absorvidos (fotossíntese). Uma vez nas latitudes frias e nubladas da Eurásia, as populações de pele preta teriam confrontado sérios desafios para a sua sobrevivência: sua pigmentação abundante teria agido em seu desfavor, na medida em que bloqueava o pouco de raios ultravioletas disponível. Um mecanismo de clareamento da pele (o gene SLC24A5) teria sido fixado pela seleção natural há 18 mil anos atrás, o que desembocaria na emergência de duas novas populações fenotípicas (raças): os proto-europeus brancos e os proto-asiáticos amarelos. Estas continuariam a se diferenciar fenotipicamente para finalmente constituir as populações branco-européias e amarelo-asiáticas de hoje.

O fenômeno de *raciação* é um dado concreto da história biológica do *homo sapiens* contemporâneo; trata-se de uma ocorrência natural, adaptativa, sem qualquer significação social ou intelectual. Tanto como a especiação, a raciação é provocada pelo isolamento gênico das populações durante um longo tempo e pelo jogo da diversidade imposto pela própria Natureza. E sabemos que desde o ponto de vista da biologia evolucionária, a Natureza é um enorme laboratório de elaboração de organismos diversos, dotados de fenótipos específicos, sem propósito algum. Mas, seria esse jogo de diversidade, fato desprovido em si de significado social, capaz de acarretar conseqüências que, sim, são do domínio do social?

Para que a diversidade se converta em diferença deve haver mediação da *relação*; a saber, a percepção destas diferenças reais, e a sua ressignificação hierárquica como desejáveis ou indesejáveis, positivas ou negativas, superiores ou inferiores. Somente através de um tal processo ressignificativo, mediado pela reificação dos traços fenotípicos idealizados, poderia ter-se

chegado à eclosão de uma *auto-consciência grupal* de caráter especificamente racial.

Cheikh Anta Diop expressou sua convicção de que “É o fenótipo que sempre tem constituído um problema na humanidade” [15]. Acredito que esse fenômeno conflitivo se deu a partir da noção do dissimilar, ou seja, da *diferença* concreta que apareceu num dado momento no fenótipo dos humanos modernos. Mas, em que circunstâncias específicas o fenótipo se converteu na *linha racial* divisória que ele constitui hoje? Como a cor da pele e as feições faciais converteram-se no elemento segundo o qual a sociedade determinaria o tratamento que deviam receber seus componentes? Quando, porque e onde, pela primeira vez, o fenótipo foi ressignificado como “raça”? Como surgiram os comportamentos, estruturas e valores simbólicos, estéticos e morais que assimilamos ao racismo?

Nada disso poderá receber respostas minimamente confiáveis sem nos remeter, primeiro, ao fenômeno que os biólogos conhecem sob o nome de *raciação*; a saber, a série de *modificações fenotípicas* sofridas pelos humanos anatomicamente modernos e que são responsáveis pelas diferenças de pigmentação da pele, da estrutura do septo nasal, do volume dos lábios, da textura dos cabelos, da configuração do rosto, da cor dos olhos, da pele e dos cabelos, etc. A *raciação* é um fato real, objetivamente comprovado e recente na história da humanidade. Ele é motivado pela fixação de novas características fenotípicas entre os humanos modernos.

Raciação, Fenótipo e origem dos Proto-racismos

Não há por que buscar raça no patrimônio genético, pois ele muito provavelmente não existe lá. É o fenótipo que constitui a maneira imediata e mais segura para os humanos traçarem uma linha divisória entre eles. O fenótipo representa aquelas diferenças que são visíveis ao olho nu e à distância. A cor da pele surge como a mais evidente dessas diferenças que possam ser percebidas à distância. A cor é o primeiro elemento que permite a um grupo humano se auto-determinar em relação a qualquer outro grupo de uma cor radicalmente diferente. Reunida a outras características fenotípicas distintivas, a cor serve como referente marcador fundamental para as elaborações simbólicas e ressignificações que se erigem em torno a um Outro Fenotípico.

A *raciação* fez surgir uma variante branca e outra amarela a partir de uma população generalizada de pele preta. [16] No estado atual dos nossos conhecimentos, esse fenômeno aconteceu somente na Eurásia, os leucodérmicos tendo-se deslocado ulteriormente para outras regiões por levadas migratórias sucessivas. As raças branca e amarela surgiram quando já o planeta inteiro tinha sido povoado de longa data por populações ancestrais melanodérmicas. Portanto, há que se descartar qualquer idéia de que o surgimento do fenômeno hoje conhecido como racismo possa ter surgido antes que se efetivasse esse processo de *raciação*.

A cor da pele constituiu o traço fenotípico mais saliente entre os humanos. Naquelas épocas longínquas, quando os grupos humanos viviam isoladamente uns dos outros, em regiões geográficas distantes, a cor da pele teria tido um papel preponderante como fator imediato de diferenciação. Com efeito, estas novas populações leucodérmicas eram radicalmente dissimilares de seus ancestrais não somente no referente à cor, mas também no que diz respeito às suas feições. A cor da pele deve ter servido de linha demarcatória nítida entre as duas novas populações fenotípicas (branca e amarela) com respeito à população generalizada melanodérmica ancestral que tinha povoado o planeta inteiro. Essas diferenças teriam permitido, pela primeira vez na história dos humanos, que estes se distinguissem entre si com inusitada nitidez.

A este dado essencial teria se juntado um outro, derivado, não menos significativo: a *densidade demográfica proporcional* entre as três raças, nas regiões onde elas se encontraram, após a bifurcação por raciação. Tal lógica dedutiva pode levar-nos à conclusão de que as duas novas populações fenotípicas (branca e amarela), por serem derivadas de um tronco primordial, fossem majoritárias somente no seu berço euro-asiático de origem, mas *certamente minoritárias uma vez fora dele*. É isto que é de importância capital para se determinar onde é que fincou com maior impacto, nesses primeiros encontros, a percepção da diferenciação racial, determinada principalmente pela cor. Logicamente, tal percepção teria surgido primeiro, e com maior força, no seio do grupo populacional que teria descoberto o seu estatuto minoritário.

Mas tudo isso é puramente especulativo. Como a genética aplicada à demografia é, ainda, uma disciplina balbuciante, carecemos de informações científicas que nos autorizem a transformar essa especulação em certeza. [17] Não obstante, as evidências paleontológicas indicam que as populações euro-asiáticas empreenderam suas grandes migrações para as terras quentes do sul entre quatro e cinco mil anos atrás. Elas teriam se chocado violentamente com as populações sedentárias de pele preta que, desde milênios, tinham ocupado seus próprios espaços nas partes mais cálidas do planeta.

Evidências de todo tipo (arqueológicas, antropológicas, paleontológicas e genéticas, assim como os mais antigos relatos mitológicos e textos religiosos), convergem na comprovação de que isso efetivamente aconteceu entre 4 e 5 mil anos atrás [18]. Assim, o surgimento de uma *consciência* baseada na diferença fenotípica e sua ressignificação ulterior em termos simbólicos, teriam acontecido nesse período.

Os indícios que temos à disposição concordam suficientemente no essencial, concluindo que as populações melanodérmicas ancestrais foram despejadas dos espaços que até então ocuparam nas partes meridionais da Europa, da Ásia e do Oriente Médio. No que diz respeito principalmente ao Oriente Médio, a semitização dessa área teria sido a consequência de um processo de despejo seguido de mestiçagens violentas.

Ao longo dos séculos, esses novos povos nômades-pastoris da Eurásia constituíram-se em novos Estados que iriam reconfigurar a antiguidade: Assíria, Hati (dos Hititas), Babilônia, Pérsia. Esses conjuntos geopolíticos iriam

se constituir em impérios de um novo tipo, fundamentalmente predadores, espantosamente agressivos e dominados exclusivamente pelo gênero masculino. Foram entronizadas as lógicas militares predatórias, o sentimento de agressão, a propriedade privada, a escravidão generalizada como modo *dominante* da economia, o confisco individual do produto social, o desprezo ao idoso, à mulher e às crianças, a rejeição e esmagamento do inválido – enfim, a lógica do mais forte. Dessa lógica surgiram, depois, os impérios da Pérsia, da Grécia, de Roma e o império Celeste dos Han na China.

O sucesso desse tipo de sociedade bem como sua extensão progressiva até converter-se na conduta normativa de sistemas de produção cada vez mais eficazes levou à eclosão do capitalismo, nas suas versões feudal e logo industrial. Este último se transformaria no capitalismo globalizado da atualidade, com o resultado da concentração da renda nacional e planetária em mãos de elites cada vez mais microscópicas.

As lógicas do egoísmo total que tomaram conta do planeta com a queda das civilizações agro-burocráticas matricentradas, produziram também estratificações baseadas na hierarquização vertical das populações humanas segundo o fenótipo e o gênero. Essas duas ocorrências, que iriam determinar o caminho que a humanidade iria trilhar, foram a consequência direta da destruição daquela ordem civilizatória que predominou durante a fase da humanidade organizada em sociedades sedentárias matricentradas.

Esses primeiros encontros e violências entre melanodérmicos e leucodérmicos se deram pelo menos a partir de 4 mil anos atrás, em lugares geográficos distantes uns dos outros e em períodos históricos diferentes. Assim, aquilo que catalogamos de *proto-racismos*, teriam surgido independentemente entre si. Eles são o resultado daqueles confrontos massivos, cruéis e prolongados que aconteceram, pelo menos, a partir de 4 mil anos atrás. A manifestação de sua virulência e extensão geográfica encontra-se explicitamente ilustrada nos mais antigos textos, lendas e mitos religiosos de diversos povos [\[19\]](#).

Não é difícil conceber que esses proto-racismos evoluíssem no tempo e sob a influência de civilizações diferentes, em zonas geográficas diferentes, porém em cada caso desenvolvendo uma *consciência grupal* racializada. Esta converter-se-ia no fenômeno abrangente e inascível que conhecemos hoje como o racismo. Assim, a inteligibilidade desse fenômeno na atualidade é possibilitada somente se remontarmos-nos a essas épocas longínquas e concatenarmos as informações que temos a nossa disposição oriundas das diferentes disciplinas e ciências.

O que é exatamente o Racismo?

Na antiguidade, a escravidão foi endêmica em praticamente todas as sociedades. Ela surge na história da humanidade como o primeiro arranjo sistêmico baseado no confisco do excedente social e no monopólio por uma elite dos recursos da sociedade. Se ela perdurou durante milênios é porque era

a maneira mais eficaz de compelir todo um segmento da sociedade a fornecer a sua força de trabalho em favor de elites dominantes.

Do mesmo modo, a utilização do fenótipo como marcador principal para excluir especificamente certas populações humanas dos seus próprios territórios e recursos, converteu-se no primeiro arranjo sistêmico *racializado* entre humanos. Dele originaram-se os proto-racismos que surgiram em diferentes lugares geográficos do planeta [20], embora não saibamos claramente quais os mecanismos que presidiram esse processo. Não obstante, hoje, dispomos de suficientes dados objetivos, provindos das diversas disciplinas investigativas (antropologia, paleontologia, biologia genética), para poder afirmar a alta probabilidade de que uma *consciência racializada* com base no fenótipo surgiu em algum momento na antiguidade. E é praticamente impossível que tal consciência não tenha se afincado principalmente na cor.

Um cruzamento dos dados provenientes dos estudos genético-migratórios [21], da arqueologia, da lingüística comparada, da análise dos mitos [22], enfim, da história dos diferentes povos [23], nos permite inferir com alto grau de confiança que os proto-racismos da antiguidade foram a consequência residual mais duradoura das ferozes lutas pela posse dos recursos naturais que aconteceram neste período. Estas opuseram, no sul da Eurásia, no Oriente Médio, no Nordeste da África e em quase todo o Mediterrâneo, as duas raças leucodérmicas derivadas da população primordial melanodérmica, quando as três raças encontraram-se pela primeira vez. Sabemos que praticamente em todas as partes as populações melanodérmicas foram despejadas de seus territórios ou submetidas a uma mestiçagem violenta [24].

O racismo seria um *arranjo sistêmico* de grande profundidade histórica e abrangência geográfico-cultural. Na sua gênese, ele se apresenta como uma forma de consciência grupal *historicamente constituída* (e não ideologicamente instituída). A sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de maneira *racialmente seletiva* em função do fenótipo. Ele teria se desenvolvido primeiro com a finalidade de garantir o afastamento automático de um segmento humano específico do usufruto dos seus próprios recursos. No interior de uma sociedade já multirracial e miscigenada, ele serviria ao propósito de preservar o monopólio sobre os recursos do segmento fenotípico dominante. Tratar-se-ia de um sistema total, raciológico, que se articularia desde o início através de três instâncias operativas entrelaçadas, porém diferentes: a) as estruturas políticas, econômicas e jurídicas de comando da sociedade, b) o imaginário social total que rege a sociedade e c) os códigos de comportamento que regem a vida inter-pessoal dos indivíduos que compõem a sociedade.

Ao longo do tempo, e em regiões totalmente inconexas, o *sistema raciológico* tem criado modos adaptativos específicos, ou tipologias, na forma de ideologias que modulam as relações sociorraciais. São essas ideologias sociorraciais que regem e normatizam a vida cotidiana entre todos os segmentos fenotípicos envolvidos numa experiência de coexistência no contexto de uma sociedade multirracial de desiguais.

Nesse contexto, as desigualdades sociais se desdobram em iniquidades raciais, e estas últimas reforçam as primeiras. E em todos os casos, tratando-se da sociedade hierarquicamente racializada, é o fenótipo que regula o estatuto individual ou coletivo das pessoas. Até hoje, nenhuma sociedade multirracial tem escapado a esse intrincado racializado sistema de lógicas de dominação/subordinação. O racismo teria emergido não como fenômeno ideológico responsivo às desigualdades sociais recentes, mas sim como uma consciência grupal totalizante enraizada na antiguidade.

Diversidade e Diferença: a construção do Outro

Temos visto que a diversidade surge como um capricho da natureza e é um fato irrecusável desta, mas tratando-se de um fato puramente orgânico e sem nenhuma implicação social. Ela cobra uma interpretação “social” unicamente quando vinculada à noção da diferença; portanto, somente no contexto da *relação*. Ora, temos visto que isso aconteceu efetivamente com a emergência do racismo: a diversidade se tornou *diferença*, e esta última foi ressignificada em termos valorativos hierárquicos.

A diferença surge como um fato *social* somente porque ela se remete ao relacional. São os humanos que estabelecem os parâmetros de diferença qualquer que os separariam dos outros humanos. O fariam através de um jogo consciente de comparações, preferências, seleções e determinações de todo o tipo que se convertem nos parâmetros de diferenciação. É o conjunto dessas preferências e determinações, e que remetem ao cultural, passíveis de transmissão para a socialização, que constituem os elementos da construção do Outro dissimilar. Este último é visto, sempre, sob uma ótica desfavorável. No pior dos casos, trata-se de um irreduzível inimigo ou de um inferior permanente, em cujo caso é passível de exploração total, de discriminação abrangente e mesmo de extermínio (seja por aniquilamento físico, ou por desaparecimento genético pela assimilação).

A *relação* entre humanos é calculadamente orientada pela percepção da diferença, sua aceitação ou rejeição. Como realidade social, a diferença existe em dois níveis distintos, mas que agindo conjuntamente matizam a visão que se tem dessa realidade em si. Em um nível estão aquelas realidades concretas que nós percebemos com os nossos sentidos, sobretudo o visual. Em outro nível está a maneira como *interpretamos* aquilo que percebemos. Os grandes problemas relacionais entre humanos se dão sobre a base das intolerâncias de todo tipo (racial, de gênero, de orientação sexual, religiosa, etc.) que procedem da rejeição da **diferença**. O racismo é o produto direto da rejeição das características fenotípicas de um segmento específico da humanidade, por outro segmento específico dessa mesma humanidade. O racismo estrutura-se no interior de um processo onde o Fenótipo Total de um segmento humano é transformado no Outro Total. Aquele Outro que, no imaginário social, representaria a soma total de todas as diferenças julgadas como ontologicamente inaceitáveis.

É a percepção/interpretação da diferença, e a organização sistêmica dessa percepção/interpretação, e não a diferença em si, que constitui o problema em uma sociedade multirracial. O problema residiria naquela consciência surgida historicamente, por via da conquista brutal, e que logrou se posicionar como referente exclusivo e universal, frente a todos aqueles definidos como Outros. Naturalmente, estes últimos representariam um universo dissimilar/aberrante. Assim, é a relação entre o Grande Outro hegemônico/referencial e todos os outros Outros subalternizados, que constitui o cerne do problema.

A visão que definiria de maneira hierárquica e vertical a relação entre seres humanos numa escala de pólos contrários e permanentemente fixos (superior-inferior, branco-negro, feio-bonito, amo-escravo), evidenciou-se na Pérsia, na Índia, no mediterrâneo greco-romano e no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que o mundo feminino perdeu seu espaço como eixo da sociedade nas sociedades matricêntricas. Atendendo a essas circunstâncias históricas, não parece acertado separar completamente, embora possuam dinâmicas autônomas, a comprovada subalternização mundial do ente feminino e o surgimento do racismo.

Para tentar compreendermos o mundo em que vivemos, é imprescindível estar ciente de alguns fatos, raras vezes enfatizados. Provavelmente o mais saliente destes seja que o período histórico em que o mundo feminino perdeu sua autoridade na *sociedade e passou a ser subalternizado globalmente*, coincidiu com a emergência daquela consciência negadora do Outro Fenotípico que hoje conhecemos sob o rótulo de racismo. Efetivamente, a queda da ordem matricêntrica na qual se assentavam as primeiras sociedades agro-burocráticas da história, coincidiu com o auge progressivo e incremental de uma consciência coletiva que postulava a inferioridade inata de alguns segmentos humanos, definidos segundo o seu fenótipo.

Nessas condições, conceber-se-ia a sustentabilidade na presença de ordens sistêmicas fundadas na rejeição das diferenças altéricas, sejam de gênero, de raça, de orientação sexual, ou quaisquer outras formas de diferença intrínseca? Cabe imaginar uma mudança fundamental no estado atual da humanidade sem que o mundo feminino reocupe o lugar central que uma vez teve na sociedade?

A existência do racismo aparece como um sério obstáculo para toda lógica de solidariedade. Hoje sabemos que, de todas as formas de alteridade, é a alteridade racial, concreta ou imaginada, a mais irredutível e abrangente, por gozar de uma *transversalidade total*. Com efeito, o racismo constitui a última fronteira do ódio. Trata-se de uma visão e de um arranjo necessariamente antrópico, porquanto ele postula a *eliminação*, a curto ou longo prazo, daqueles segmentos da espécie humana julgados inerentemente inferiores e perigosos para os privilégios das elites raciais dominantes.

É duvidoso que a humanidade possa se manter como espécie face a um arranjo sistêmico que produz e reproduz, constantemente, uma visão do ser humano tão fundamentalmente inumano e tão gerador de desigualdades sociais inaceitáveis, que cedo ou tarde conduz à desintegração da sociedade por implosão. De modo que é inoperante conceber um projeto qualquer de

sustentabilidade na ausência de estratégias específicas voltada para a contenção e eliminação do arranjo raciológico *como sistema*.

Globalização e Sustentabilidade Integral

Para aqueles que enxergam a sociedade atual sob a ótica histórica, certas realidades poderiam parecer evidentes. A primeira delas é que, na atualidade, impera um darwinismo social inconfesso que, tácita e irremediavelmente, condena à extinção $\frac{3}{4}$ da humanidade, à medida em que protege e estende privilégios a microscópicos redutos de abastados.

A segunda constatação é que assistimos a uma concentração inimaginável dos recursos do planeta inteiro nas mãos de um punhado de nações, com a correlata conseqüência da degradação dos ecossistemas do planeta, do desaparecimento das espécies animais, do empobrecimento das culturas, e da ameaça de extinção de povos inteiros, considerados como massa humana supérflua. Assim, multiplica-se dia-a-dia a massa de bilhões de seres humanos que vivem na infra-miséria sem esperança alguma de poder reverter esse quadro apocalíptico.

E em terceiro lugar, é fácil comprovar que o mundo patriarco-individualista que surgiu vencedor das grandes contendidas da antiguidade, não tem sido capaz de sustentar, em qualquer período que seja, em qualquer sociedade que seja, uma lógica redistributiva, de equidade ou de respeito do Outro.

Diante dessa realidade, parece-nos impossível fugir de uma constatação: a saber, que as lógicas de egoísmo total, de afã de lucro total, e de guerra total, somente passaram a tomar conta do planeta com o auge das civilizações patricêntricas e militaristas da antiguidade. Além de serem alérgicas à prática da igualdade entre os gêneros e as raças, essas sociedades iriam determinar o caminho que a humanidade trilharia até o mundo globalizado de hoje.

Assim, a questão essencial com a qual defrontamo-nos é: como restabelecer para a humanidade esse espírito e essas práticas de solidariedade, num mundo em que o universo feminino continua submergido, subalternizado e confinado na marginalidade periférica, tanto nas sociedades dominantes como nas sociedades dominadas de nosso planeta? Como fincar a idéia da necessária alteridade num mundo em que o ódio racial, as discriminações fundadas no fenótipo, espalham-se por todas as partes, instituindo ordens de opressão ou mantendo-as em pé?

Há não muito tempo atrás, a sociedade e o estado alemão do Terceiro Reich, com as suas práticas e teorias eugenistas e sua inventividade cruel, deram-nos uma previsão do tipo de “solução” que poderia ser reservada às maiorias famintas, e racialmente desprezadas, do planeta. Não seria prudente fechar os olhos diante dos argumentos crescentemente eugenistas que acompanham os propósitos da versão atual da globalização. Mas, como, mudar essa ordem mundial negadora da equidade, da igualdade e da inclusão, que se sustenta

em um poderio militar e tecnológico como nunca se viu, ou se imaginou, na história da humanidade?

Racismo e Sustentabilidade Integral

O racismo é um sistema em si. Em todos os casos, ele consiste na outorga de vantagens automáticas e sistemáticas a um segmento populacional específico em função de suas características fenotípicas, no que diz respeito ao controle e monopólio dos recursos. Como corolário, trata-se de um arranjo sistêmico que veda automaticamente o acesso a esses recursos do segmento subalternizado em função de suas características fenotípicas. Segundo a sociedade em questão, aos critérios baseados no fenótipo podem agregar-se ainda outros critérios, menos evidentes, como o da ascendência, pertencimento étnico ou cultural, etc. A sofisticação sistêmica do racismo contemporâneo reside, precisamente, no fato que ele se baseia no fenótipo, mas estabelece a sua legitimidade com base em argumentos *desracializados* que lhe conferem uma maior abrangência e tenacidade.

O racismo é um arranjo sistêmico violento e eficiente, na medida em que desde a sua eclosão, há três ou quatro mil anos atrás, ele tem constantemente evoluído e se tornado mais complexo. A sua tenacidade aponta para um enorme sucesso adaptativo. Com efeito, trata-se de um sistema que funciona *positivamente* na proteção das vantagens e privilégios adquiridos pelo segmento em função do qual ele opera. Se o sistema raciológico não fosse positivo para o segmento que privilegia, e não estendesse constantemente o campo de dominação deste, ele deixaria de existir a muito tempo atrás. E se ele existe até hoje se expandindo constantemente, se adaptando e se sofisticando, é porque ele sustenta todo o edifício de dominação mundial construído por aquele segmento ao qual beneficia.

Perceber o racismo como “algo” aberrante ou totalmente negativo, é cair em uma armadilha que consiste em confiná-lo a uma questão ético-moral, ou a um problema de relações interpessoais. A positividade do racismo é real para o segmento que usufrui das vantagens históricas que ele garante. Entre estas vantagens encontra-se a da coesão compacta e da cumplicidade automática que ele cria no interior do grupo racial dominante. Ora, não se conhece algum caso em que um segmento humano que usufrui de vantagens automáticas e de privilégios herdados renuncie a estes voluntariamente. Este último reage espontaneamente, de maneira grupal, a quaisquer intentos provindos do segmento subalternizado que busca alterar o arranjo sistêmico que lhe é desfavorável.

O racismo, como arranjo sistêmico violento, cria, inevitavelmente, uma contra-violência responsiva por parte do segmento que ele almeja. E, nesse jogo de violências, engendram-se novos fatores e atores sociais desestruturantes, incluindo aquilo que chamamos comumente de “criminalidade”. Há que se rever as teorias sobre a depredação social nas cidades e o surgimento da criminalidade nestas sob um novo olhar no qual o racismo esteja colocado no

centro das patologias sociais de uma sociedade multirracial. Desvincular o racismo, e seus extraordinários efeitos principais e colaterais, da trama social total, seria vedar a possibilidade de se chegar a uma inteligibilidade da sociedade na qual vivemos.

Lógicas da Solidariedade e Sustentabilidade Integral

O egoísmo, a brutalidade, a agressão, a violência sistemática estão no centro da vida animal. Nós, animais-humanos, partilhamos dessa realidade; a única diferença é que temos a possibilidade de exercer escolhas de comportamento. Houve momentos difíceis, na nossa longa história evolutiva, em que as exigências fundamentalmente egoístas e brutais impostas pelas necessidades de sobrevivência fizeram com que os seres humanos se devorassem entre si.

A idéia do ser humano por natureza altruísta, solidário e prestes à partilha, não passa de uma ficção. A realidade histórica é que todas as hierarquias humanas conhecidas se baseiam nos privilégios automáticos usufruídos pelo setor hierarquicamente posicionado para exercer o comando do grupo social.

A idéia de que aqueles que não participavam das atividades produtivas (seja a caçada, ou, mais tarde, a agricultura) deveriam também ter acesso aos produtos desta, deu lugar à noção de solidariedade. Pensa o pesquisador Cheikh Anta Diop que o mundo conformado especialmente pelas fêmeas é que, em razão de sua vulnerabilidade, fora, presumivelmente, responsável por tal proposta [25]. Com o advento das práticas de solidariedade (que são diferentes das de cooperação), idosos e inválidos, conjuntamente com as mulheres e as crianças, deveriam ser poupados mesmo quando as condições materiais fossem as mais precárias.

A solidariedade é o salto mais alto dado pela humanidade, pois ela implica que mesmo aquele que não produz – seja porque se vê física, mental ou conjunturalmente impedido de participar das tarefas produtivas – tem o mesmo direito de acessar os recursos, da mesma forma que aqueles que participam diretamente de sua produção. Ao longo dos séculos e dos milênios, essa idéia de direito ao usufruto dos recursos pelos desvalidos avançou até se concretizar no que hoje nós chamamos de sociedade de bem-estar social.

A solidariedade não é, portanto, uma consequência normal ou “lógica” do acontecer evolutivo humano-animal; ela é a primeira grande manifestação da sociedade organizada tal como a conhecemos hoje. Ela é, presumivelmente, a consequência de uma lógica particular surgida e construída pelo setor mais enfraquecido e vulnerável dentro das comunidades de caçadores-coletores – o mundo das **fêmeas** que se converteria, progressivamente, no mundo da **mulher**. Assim, a solidariedade aparece na história como uma digressão da norma, devido à vontade humana, e em contravenção das lógicas egoístas ditadas pela obrigação de sobrevivência.

A idéia de ajuda sem contrapartida, ou seja, a solidariedade, alimenta sentimentos tais como amizade, carinho, amor, bondade. Ou seja, todos aqueles sentimentos que assimilamos como nobres, decentes e que subsumimos sob o rótulo de “valores” – aquele conjunto de condutas baseadas numa ética e filosofia de relação amistosa e carinhosa com o Outro semelhante, e também, com o Outro não-semelhante.

A lógica de solidariedade é a primeira grande manifestação da civilização. Ela surgiu do universo mais ameaçado pela violência endêmica que o mundo conhece desde seus primórdios. Essa lógica levou, pelo menos no que concerne às sociedades que surgiram na parte meridional do planeta, à eclosão de sociedades sedentárias e agrícolas na África, na Índia e no Oriente Médio, há 8 a 12 mil anos atrás.

O egoísmo não é uma aberração; ele é básico no ser humano e reconhecê-lo é o primeiro passo para compreender a sociedade como um todo. Desde o ponto de vista histórico, isso equivale a admitir que a violência, o conflito, as guerras, os genocídios, as hierarquias baseadas no poder do mais forte, as desigualdades sociais e o ódio entre humanos são elementos constitutivos da nossa história evolutiva. De certo, esses fatores podem ser exacerbados ou desestimulados segundo os diferentes modos de socialização, ou seja, as práticas culturais, mas não desaparecem para sempre. Assim, se se diminui a pressão constrangedora sobre eles, reaparecem com força, reificam-se dentro do corpo social e se reforçam automaticamente.

É por isso que, nos últimos cinco mil anos, pelo menos, a guerra, o racismo, o sexismo, o afã de lucro, o egoísmo, o individualismo, as desigualdades sociais, não tem sido vencidos duravelmente em nenhuma época, em nenhum lugar, por nenhuma sociedade, seja qual for o sistema socioeconômico ou político imperante nelas.

A sustentabilidade integral passa pela concepção de um novo arranjo sistêmico que atenda diretamente a cada uma dessas realidades com as adequadas práticas sociais responsivas. As lógicas de solidariedade não serão dominantes a menos que a humanidade crie mecanismos e estruturas capazes de se contrapor às visões desumanizadoras. São estas últimas que convertem as diferenças fenotípicas em obstáculos quase incontornáveis, ao invés de evidenciá-los como deveriam ser: meras características sem conseqüências morais ou intelectuais, surgidas como resposta aos fenômenos totalmente alheios à vontade humana, tais como as pressões do meio geográfico ou climático, bem como às próprias mudanças genéticas aleatórias.

A humanidade poderá dar esse grande passo para o futuro que implica retomar, em nível planetário, as lógicas de solidariedade que outrora configuraram os Estados agro-burocráticos matricêntricos da antiguidade? Não há possibilidade que assim seja sem a eliminação do racismo de nossas respectivas culturas e sociedades, ou sem o re-empoderamento irrestrito do universo feminino como porta-voz dos interesses dos segmentos mais vulneráveis.

No final das contas, as éticas solidárias são o que a humanidade tem em comum de maior valia. Basicamente, elas traduzem a idéia de que merecem ajuda, sem contrapartida, àqueles que a necessitam; que a generosidade é uma finalidade em si; que o respeito ao Outro é um dever humano; e que a redistribuição do produto social, sobre a base da equidade, é um cometimento da ordem civilizatória. Esse é o verdadeiro sentido da sustentabilidade integral.

Conclusão

Sem dúvida, existe já uma consciência planetária crescente sobre o perigo que a gestão irresponsável do meio ambiente está fazendo correr à humanidade. Todos concordam que a diversidade e estabilidade do nosso sistema ecológico estão sendo irremediavelmente comprometidos. Existe igualmente uma incipiente consciência planetária sobre o perigo que as desigualdades socioeconômicas apresentam para todas as sociedades do mundo. Entretanto, a percepção do perigo que representa para a nossa sustentabilidade a persistência do racismo e sua crescente expansão planetária, é menos aguda. Ora, o racismo está arraigado em todas as instâncias de funcionamento do mundo contemporâneo.

O racismo tem se globalizado totalmente. Ele atinge todas as sociedades do mundo erigindo um imaginário universal que permeia as relações políticas e sociais de todos os países. As estruturas econômicas, políticas e militares do mundo globalizado obedecem *instintivamente* às lógicas raciológicas. A lógica dessa extensão e progressão constantes deve ser examinada em todas suas implicações.

Uma constatação se impõe de imediato: a de saber que, se o racismo resiste hoje com a virulência que possui, expandindo-se cada vez mais apesar de todos os nossos esforços morais e culturais para combatê-lo, e apesar de todos os avanços realizados no conhecimento científico que apontam para a igualdade intelectual intrínseca dos seres humanos, *é porque ele é benéfico* para os segmentos humanos que o exercem em seu exclusivo favor.

Partindo, na sua origem, de populações leucodêrmicas euro-asiático-semitas, o racismo constituiu-se e consolidou-se por intermédio do exercício da agressão, da conquista, da dominação ou do extermínio das populações que existiam fora das redes imediatas de solidariedade endógena erigidas pelas primeiras.

Produto de uma forma de *consciência grupal historicamente conformada*, o racismo visa à manutenção de redes de solidariedade endógena automática em torno do fenótipo. Essas redes estão especificamente voltadas para a captação, repartição, preservação e o controle monopolista dos recursos básicos da sociedade em benefício exclusivo da raça dominante. É por isso que, ao longo do tempo, o racismo tem se convertido numa realidade tenaz, arraigada na consciência e na prática social. Simplesmente, ele se insere numa trama social global em que os benefícios obtidos na sua sustentação são muito maiores do que seus custos.

Dito de outra maneira: *o racismo é uma recuperação cultural, política e econômica de um conjunto de comportamentos de dominação, basicamente agressivos, violentos e egoístas, enraizados no próprio processo evolutivo da humanidade*. Ele tem como finalidade exclusiva a estruturação e sustentação de sistemas de gestão dos recursos da sociedade e do planeta conforme critérios que são racialmente monopolistas. Nas sociedades multirraciais, é através do fenótipo que se organiza a gestão dos recursos. No caso extremo - a escravidão racial - a população-alvo é simplesmente considerada como parte integrante desses recursos. É esse o único sentido de raça.

Esse olhar sobre a questão, que leva em conta o passado evolucionário dos humanos para melhor compreender os arranjos sistêmicos que eles tem elaborado, nos conduz a enxergar o assunto da sustentabilidade de uma maneira totalmente diferente. Para que esta última possa ser uma possibilidade integral, deverá ter uma abrangência consoante com a multiplicidade de fenômenos que tornam as nossas sociedades disfuncionais. Dentre eles, o racismo é o mais perigoso e contumaz, na medida em que ele transversaliza as relações de classe social, o pertencimento de gênero, a orientação sexual, a nacionalidade, a religião ou a cultura.

O racismo sobrepõe-se a todas as instâncias de comércio social: a economia, a cultura, os sistemas de transmissão do conhecimento, a vida política, as perspectivas filosóficas, o domínio religioso, os preceitos ético-morais. Na medida em que ele visa a ejetar o “Outro Total” do circuito de usufruto dos recursos de um espaço definido, garantindo a sua marginalização completa, almeja a *substituição* desse Outro, a sua erradicação.

Ou bem a sociedade da qual somos parte inventa os meios para terminar com a pobreza e miséria planetárias, com o racismo fundador dessas desigualdades, e com o sexismo que mantém a metade da população do planeta fora da economia global, ou o mundo dominante deverá recorrer, cedo ou tarde, aos métodos eugenistas radicais que a tecnologia moderna já autoriza. Com efeito, essas multidões de humanos paupérrimos constituirão, crescentemente, um peso inaceitável sobre as diversas sociedades, e sobre os finitos recursos do planeta [26]. O racismo faz com que a idéia de suprimir os bilhões de “bocas inúteis” que povoam o planeta não seja mais uma possibilidade que cause horror.

Não podemos de modo algum descartar a possibilidade de que a humanidade se mostre totalmente incapaz de por fim às guerras, às ações de depredação do meio ambiente, eliminar o racismo, o sexismo, a xenofobia, a homofonia e as intolerâncias correlatas. Nesse caso, estaríamos, todos, definitivamente engajados numa corrida antrópica sem saída possível. A inquietude crescente de muitos cientistas é que se o curso atual for mantido para os próximos cinquenta anos, então talvez não haverá maneira de parar esse desenrolar antrópico.

Não se trata de otimismo ou de pessimismo; sentimentos que nunca salvaram nenhuma população da extinção. O nosso dever, a única missão individual que nos cabe como humanos, é lutar para que não seja assim. Só ficando os

nossos projetos nos fatos derivados do escrutínio do nosso passado histórico, assim como nos fatos que testemunhamos na vida quotidiana, que se poderia enxergar o futuro com realismo, na medida em que interferiríamos nele ao *mudar o nosso presente*.

Não poderá haver sustentabilidade assim a humanidade não conseguir efetuar a transição da sociedade de lucro, de consumo e de exploração, para a sociedade da partilha e do auto-controle. E isso continuará fugindo às nossas possibilidades se continuarmos ignorando que o arranjo sistêmico racista, a teia de aranha complexa conformada pelas cumplicidades automáticas que ele cria, e pela insensibilidade de tipo nazista que ele gera, estão no cerne da insustentabilidade do planeta.

-
- [1] Palestra proferida em 8 de outubro de 2008, no V Seminário Sociedade Inclusiva sobre “Diversidade e Sustentabilidade”, realizado na PUC-Minas, Belo Horizonte (MG).
- [2] Etnólogo e professor de relações internacionais. Chefe de Pesquisa Sênior na Escola de Pós-Graduação da University of the West Indies (UWI), Kingston, Jamaica.
- [3] Na elaboração e composição desta comunicação, o autor contou com a colaboração multiforme dos seguintes pesquisadores: Ladjane Alves Souza, Matheus Gato de Jesus, Cacilda Gisele Pegado, Maria Roseane Corrêa Pinto Lima, Ivana Silva Freitas.
- [4] Ver: SCIENTIFIC AMERICAN. The evolution of evolution: how Darwin’s theory survives, thrives and reshapes the world. New York, jan. 2009.
- [5] DIOP, Cheikh Anta. Conversa com Carlos Moore. Dakar, Senegal. Julho, 1975.
- [6] Ver: Dawkins, Richard. *O Relojoeiro Cego*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- [7] FOLEY, Robert. Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista. Tradução de Patrícia Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2003
- [8] OLSON, Steve. A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- [9] STIX, Gary. Migrações Pré-históricas. Pistas genéticas desenham rotas dos primeiros deslocamentos humanos. SCIENTIFIC AMERICAN, Brasil, pp. 42-49, agosto 2008.
- [10] YVES, Coppens. Il n’y a aucun doute sur l’origine africaine de l’homme. L’Histoire, Paris, n. 293, p.38-45, dec. 2004.
- [11] MORWOOD, Mike; SUTIKNA, Thomas; ROBERTS, Richard. Os pequenos homens da pré-história. National Geographic Brasil. São Paulo: Editora Abril, p. 40-50, abr. 2005.
- [12] THE ECONOMIST. The story of man. Londres, dec/ jan, 2005/2006.
- [13] NEVES, Walter; PILO, Luis Beethoven. O Povo de Luzia: Em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo. 2008.
- [14] CHANG, Keith C., e BROWNLEE, C. Tests reveal gene for people's skin color. Science News, December 17, 2005.
- [15] DIOP, Cheikh Anta. Entrevista com Charles FINCH, Présence Africaine, Paris, 1991, N. 149-150 (1er e 2e trim. 1989).
- [16] CAVALLI-SFORZA, Luca; CAVALLI-SFORZA. Quem somos? História da diversidade humana. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- [17] Os cientistas estimam que há 10.000 atrás, o planeta estava povoado por uns cinco milhões de habitantes. Ver: CARR, Geoffrey. The proper study of Mankind. THE ECONOMIST. Op. cit., p. 3-7.
- [18] MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, caps. 1, 2 e 3.

[19] MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Op. cit., cap. 1.

[20] LEWIS, Bernard. Race et couleur en pays d'Íslam. Paris: Payot, 1982.

[21] OLSON, Steve. A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes. Op. cit.

[22] YVANOFF, Xavier. Antropologie du racisme; essai sur g nese des mythes racistes. Paris: L'Harmattan, 2005.

[23] MONNEYRON, Frédéric. L'imaginaire racial. Paris: L' Hamattan, 2004. ISAAC, Benjamin. The invention of racism in classical antiquity. Princeton: Pricenton University Press, 2004.

[24] DIOP, Cheikh Anta. Entrevista com Carlos Moore. Op. cit.

[25] Cheikh Anta Diop, *L'Unit  culturelle de l'Afrique Noire*, Paris : Présence Africaine, 1962.

[26] Há não muito tempo atrás, a sociedade e o estado alemão do Terceiro Reich, com as suas práticas e teorias eugenistas e sua inventividade cruel, deram-nos uma previsão do tipo de "soluço" que as gera es futuras poderiam herdar, se o curso atual for mantido. Não seria prudente fechar os olhos diante dos argumentos crescentemente eugenistas que acompanham os propósitos da versão atual da globaliza o.